



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO CEARÁ

Decisão

Presidente do STF reafirma poder
de cautela da Corte de Contas

Refinaria

TCE determina ressarcimento de
R\$ 123,5 milhões aos cofres públicos

REVISTA

CIDADÃ

Ano 2, nº 1 - Set/16 a Fev/17



AUDITORIAS DO TRIBUNAL

O poder de fiscalizar na palma da sua mão



Baixe agora o aplicativo e envie manifestações sobre problemas relacionados ao mau uso dos recursos públicos estaduais.



Available now on the
iOS App Store



Download it from
Google play



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO CEARÁ

O TCE Ceará conectado ao cidadão

Siga as nossas mídias sociais, participe e fique informado do uso do dinheiro público.



facebook.com/tceceara



twitter.com/tceceara



youtube.com/tceceara



(85) 9 8969.3544

COMPOSIÇÃO ATUAL

PRESIDENTE

EDILBERTO CARLOS PONTES LIMA

VICE-PRESIDENTE

RHOLDEN BOTELHO DE QUEIROZ

CORREGEDOR

JOSÉ VALDOMIRO TÁVORA DE CASTRO JÚNIOR

CONSELHEIROS

LUÍS ALEXANDRE ALBUQUERQUE FIGUEIREDO DE PAULA PESSOA

SORAIA THOMAZ DIAS VICTOR

PATRÍCIA LÚCIA SABOYA FERREIRA GOMES

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

ITACIR TODERO (OUVIDOR)

PAULO CÉSAR DE SOUZA

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE

PROCURADOR-GERAL

JOSÉ AÉCIO VASCONCELOS FILHO

PROCURADORES

GLEYDSO ANTÔNIO PINHEIRO ALEXANDRE

EDUARDO DE SOUSA LEMOS



EDILBERTO PONTES

Presidente do TCE Ceará

UM DOS MAIORES DESAFIOS DAS INSTITUIÇÕES

é adaptar-se ao espírito do tempo, às mudanças que ocorrem no mundo e que fazem parte da própria condição humana e de suas criações e construções. Embora admitamos instituições antigas, seculares, não aceitamos aquelas que não se renovam, não acompanham e não atendem às exigências da contemporaneidade. Estas se tornam caducas, dessintonizadas com a sociedade e se continuam a existir é como sombra, arremedo do que deveriam ser.

O Tribunal de Contas do Estado do Ceará, que já conta com mais de 80 anos, busca estar atento a isso. Estar em sintonia com uma sociedade muito mais ativa, participativa, e que exige transparência, abertura e inclusão. Estar alinhado com as novas tecnologias de auditoria, com as técnicas e procedimentos que utilizam intensivamente a tecnologia da informação. Estar em conexão com um controle que, cioso de sua independência, não hostiliza a administração pública, mas que, ao contrário, busca cooperar para que o interesse coletivo seja atendido.

A nova edição da Revista Cidadã evidencia várias atividades desenvolvidas ao longo do segundo semestre de 2016 que caminham nessa direção. Mostra nossa atuação para melhorar as várias áreas da administração governamental. Destaca-se a saúde pública, por meio de auditoria operacional na rede pública estadual, tanto na aquela administrada por meio de organização social, quanto pela administração direta. Visitamos diversos hospitais, conversamos com pacientes, profissionais de saúde, direção dos estabelecimentos, a fim de efetuar um diagnóstico e propor recomendações de melhoria. Ação semelhante se desenvolve em escolas públicas estaduais. Lançamos aplicativo para permitir ao cidadão uma conexão direta com o TCE, visando inicialmente os que militam na educação, mas que em breve se estenderá para as demais áreas de atuação do Tribunal. Fizemos parcerias com as mais diferentes instituições, com a finalidade de aproximar o TCE de muitas formas.

Em 2017, vamos promover diversas ações no interior do Estado. Em parceria com a Fundação Demócrito Rocha, faremos o TCE chegar aonde nunca chegou. Historicamente, ficamos concentrados em Fortaleza, com exceção de uma ou outra auditoria em convênios estaduais com prefeituras ou em órgãos do Estado sediados fora da capital. Para corrigir isso, diversas concertações sociais estão previstas em cidades-polo, de modo a permitir que os dirigentes do TCE dialoguem com lideranças de todas as regiões do Estado.

Um campo que temos dedicado atenção especial é relativo à tempestividade dos julgamentos. Julgar rápido e julgar bem. É um dever do TCE e um direito dos jurisdicionados e da sociedade. Para isso, muitas ações têm sido desenvolvidas. Nas contas que já estão no TCE, modificamos diversos procedimentos, criamos áreas exclusivas para prestações de contas e intensificamos o diálogo com os envolvidos no processo. Para contas que ingressarão no TCE a partir de 2018, estamos desenvolvendo, com a ajuda da empresa internacional *Ernst Young*, um moderno sistema que modifica profundamente o próprio processo de prestação de contas e que permitirá julgamentos muito mais céleres e aprofundados. É o projeto *Ágora*, destacado nessa edição da Revista Cidadã.

Trabalhar muito e comunicar o trabalho aos que financiam a existência do TCE. Como sabemos, parte dos tributos permite a existência de uma instituição independente do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e de qualquer outra instituição, com finalidade de fiscalizar a atuação administrativa de todos eles. Para tanto, o TCE vincula-se exclusivamente à Constituição e às leis. Precisamos prestar contas dessa atuação. Por isso o nosso grande empenho em estar sintonizado com as mídias da atualidade, como o Twitter, o Facebook, o WhatsApp, o YouTube, sem descuidar da mídia clássica, tradicional, como os jornais e a televisão, que cumpre um importantíssimo papel.

A revista Cidadã reflete parte do trabalho de muita gente. De conselheiros, de procuradores, de servidores, de colaboradores das diversas áreas. Reflete o apoio e a interação com os vários segmentos da sociedade e da administração pública. Esperamos que tenha muitos leitores e que contribua para aproximar cada vez mais o TCE Ceará do povo, que o mantém.

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'E' followed by a series of loops and a final flourish.

**AUDITORIAS
OPERACIONAIS****PÁG.**
21

O Tribunal de Contas do Ceará está verificando os aspectos da economicidade, eficiência, eficácia, efetividade, equidade, sustentabilidade e transparência em políticas públicas do Governo do Estado. Os trabalhos estão sendo realizados na área da educação (Ensino Médio) e na saúde (Modelos de Gestão e Programa Estratégia Saúde da Família).

**CELERIDADE**

7. Sistema Ágora vai otimizar análise das prestações de contas

**FISCALIZAÇÃO**

11. TCE fiscaliza Programa de Concessões e Parcerias Público-Privadas

**ENCONTRO**

17. Francisco Pedro Jucá fala sobre Gestão Financeira no VI TCE Debate

**SOLENIIDADE**

27. Aécio Vasconcelos é empossado como Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

**REDE DE ESCOLAS**

29. Seminário debate Ética e Transparência na Gestão Pública

**SELEÇÃO**

33. IPC premia vencedores do IV Concurso Nacional de Monografias

COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA

O Tribunal de Contas do Ceará tem usado a comunicação como instrumento estratégico para um diálogo mais efetivo com o cidadão. Essa postura vem sendo adotado pelo presidente Edilberto Pontes, que a destaca nos depoimentos desde a sua posse.

As ações têm comprovado, na prática, as suas palavras. O Tribunal expandiu as atividades na área, seja no relacionamento com a mídia e a sociedade, seja na aproximação com outros órgãos e entidades públicos ou civis.

Promover essa interação exige maior esforço, linguagem menos técnica e compromisso permanente com a transparência.

Essa energia não tem sido empregada em vão. O cidadão tem participado das atividades da Corte de Contas. Estudantes visitam frequentemente o TCE e participam das sessões. Conselheiros e procuradores também estão indo ao encontro da população, em universidades, escolas e até hospitais.

No último dezembro, reunimos jornalistas cearenses no "Café com Dados", oportunidade em que o presidente Edilberto Pontes apresentou, em conversa informal, um balanço das ações realizadas em 2016.


Ao lado do vice-presidente, Rholden Queiroz, e do corregedor, Valdomiro Távora, o Presidente ressaltou a importância da imprensa para o fortalecimento do controle externo e para o estímulo ao controle social. A comunicação tem papel essencial a cumprir na garantia da transparência cada vez maior.

Kelly de Castro


Coordenadora de Comunicação Social


ENVIE SUGESTÕES


Mande comentários ou mensagens para nossos canais de comunicação.


 /tceceara

 www.tce.ce.gov.br

 /tceceara

 comunicacao@tce.ce.gov.br

 /tceceara

 (85) 9 8969.3544



ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO TCE CEARÁ

COORDENAÇÃO: KELLY DE CASTRO - 46162 MTB/DF | DESIGN: JESSICA PEREIRA / J. CLÉCIO FARIAS / LILYANNE LEITÃO
| REDAÇÃO: GABRIELLA ANTUNES / MANUELA PORTO / RAQUEL PALHANO | ADMINISTRAÇÃO: KATYUCYA KAYATT |
ESTAGIÁRIAS: MICHELE MESQUITA / REBECA SILVEIRA | TELEFONES: (85) 3488.5958 / (85) 3488.5905 | IMPRESSÃO:
GRÁFICA RONDA - TIRAGEM - 1 MIL EXEMPLARES

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

ONDE VOCÊ MENOS ESPERA, O MOSQUITO PODE ESTAR SE DESENVOLVENDO.



Sistema Ágora vai agilizar análise dos processos de prestação de contas

“O Sistema Ágora está sendo desenvolvido com o objetivo de julgar as contas da forma mais célere sem perder qualidade. Pelo contrário, vamos ganhar informações, que poderão ser utilizadas em outras fiscalizações e ações de controle. Tenho certeza que dará frutos bem proveitosos para o Tribunal de Contas do Estado e para a sociedade cearense.” A declaração foi feita pelo presidente Edilberto Pontes, durante encontro com Secretários de Estado para apresentação do projeto de automatização dos procedimentos de análise das prestação de contas do TCE Ceará, Sistema Ágora, dia 15/2.

Três das cinco fases do projeto, que tem como prazo de conclusão novembro de 2017, já foram realizadas. As próximas etapas são a implementação da ferramenta e o treinamento dos usuários. O desafio do Sistema é a otimização, que reduzirá esforço para coleta de informações; dará maior agilidade à montagem de informações; melhorará o grau de assertividade dos dados; simplificará o processo de análise das prestações de contas anuais; e reduzirá o tempo de julgamento das prestações de contas.

Roberto Silva, representante da empresa Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda.,

levou ao público a apresentação do status do projeto. De acordo com a Ernst Young, que concorreu com 23 outras empresas, até o momento aconteceram 46 reuniões de mapeamento dos fluxos, além de entrevistas com conselheiros, secretários, analistas, assessores e gerentes.

Na ocasião, os gestores das Secretarias estaduais tiraram dúvidas e opinaram sobre a nova ferramenta. Para os gestores, a iniciativa é louvável. “Não só é um grande avanço tecnológico, mas um facilitador para que as prestações de contas ganhem agilidade e eficiência”, destacou Maia Júnior, secretário do Planejamento e Gestão.

Sistema Ágora

O Projeto tem como objetivo principal a automatização da análise dos processos de prestação de contas do TCE Ceará, através da criação da ferramenta Ágora. O Sistema consiste em cinco fases:

1- Diagnóstico e mapeamento dos fluxos atuais de análise das prestações de contas;

2- Redesenho dos fluxos;

3- Sistema de informação para automatização do processo de análise de prestação de contas entregue e homologado;

4- Elaboração do plano de treinamento e transferência de tecnologia à Secretaria de Tecnologia da Informação; e

5- Acompanhamento da implantação do novo processo e da solução informatizada, realização de correção/ajustes/melhorias e, se necessário, customizações.

MANUAL VAI AUXILIAR NA IMPLEMENTAÇÃO DAS NORMAS DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Está em fase de conclusão o manual que servirá como guia das auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará. O objetivo é disseminar as



novas práticas e procedimentos a serem utilizados na implementação das Normas de Auditoria Governamental (NAGs). A previsão é que o documento fique pronto até abril/17.

Paralelamente, a Secretaria de Controle Externo elaborou um plano de ação para atender as 122 recomendações feitas pelo consultor e auditor Roberto Vilela Resende. Segundo o Secretário de Controle Externo, Raimir Holanda, o Sistema de Auditoria (Audit) passará por uma reformulação a fim de ser adequado às recomendações feitas na consultoria. "Ainda não tínhamos conseguido evoluir de

forma substancial, no sentido que nossas auditorias seguissem efetivamente o padrão."

Em 2015, com o Programa para Resultados (PforR), financiado pelo Banco Mundial, o TCE Ceará conseguiu, em contrapartida à auditoria realizada por seus servidores, inserir o projeto para a contratação de um consultor, para implementar as NAGs de forma integral no desempenho das atividades do Tribunal. A adesão do TCE às Normas de Auditoria aconteceu em 2013. As NAGs contemplam os princípios básicos que regem as atividades de auditoria dos Tribunais de Contas.

REGISTRO DE ATOS DE PESSOAL SERÃO AUTOMATIZADOS

Otimizar ações, dando celeridade aos processos que tramitam no Tribunal de Contas do Ceará, é um dos objetivos do Sistema de Registro de Pessoal (SRP), iniciado em set/16 na Corte de Contas. O SRP fará com que os atos aconteçam de maneira automatizada e eletrônica e visa evitar o acúmulo de novos processos de Aposentadorias, Reformas, Pensões e Nomeações de servidores estaduais.

O sistema SRP visa receber dados e documentos dos atos de pessoal diretamente do jurisdicionado em formato eletrônico e estruturado, de forma a permitir validações, análises e cruzamentos automáticos, com o objetivo de dar celeridade à análise e julgamento dessa espécie processual.

A primeira fase está voltada para o desenvolvimento do módulo dos Atos de Nomeação, que deve entrar em produção no final



de março. A parte de Atos de Aposentadoria e Reforma está prevista para entrar em produção no final de julho. Já a área destinada aos processos de Pensões deve estar pronta em novembro.

"O sucesso do Projeto está em nossas mãos. É positivo, dentro da estratégia do Tribunal de promover um controle cada vez mais concomitante", diz Raimir Holanda, secretário de Controle Externo.

IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO FINANCEIRO SERÁ REALIZADO EM FORTALEZA



“Novas fronteiras do Direito Financeiro” é o tema central do IV Congresso Internacional de Direito Financeiro, que acontecerá nos dias 8 e 9 de junho, no Tribunal de Contas do Estado do Ceará, em Fortaleza (CE). Entre os objetivos do evento estão o compartilhamento de experiências no Campo do Direito Financeiro; a aplicação do Direito Financeiro na Administração Pública, o debate de assuntos nas mais distintas áreas do saber, no âmbito nacional e internacional; e a importância do estudo do Direito Financeiro como instrumento para um crescimento econômico justo, equilibrado e eficiente.

A programação será composta por palestras e espaços para debates, bem como apresentações de trabalhos científicos selecionados para o evento, por meio

de edital. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pelo Sistema de Gestão Educacional, na página eletrônica da Escola de Contas do TCE Ceará.

Entre os palestrantes, estão especialistas de renome, como o Prof. Dr. Francisco Pedro Jucá, Doutor em Direito do Estado e Direito das Relações Sociais, com Pós-Doutoramento (Espanha e Argentina), e professor titular da Fadisip; o Prof. Dr. Hugo de Brito Machado Segundo, Adjunto da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC); o Prof. Dr. José Maurício Conti, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP); o Prof. Dr. Marcus Abraham, Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região e Professor Adjunto da Faculdade

de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Régis Fernandes de Oliveira, Mestre e Doutor em Direito e professor titular da Universidade de São Paulo; o Presidente do TCE-MA, José de Ribamar Caldas Furtado; o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Benjamin Zymler; ministro-substituto do TCU, Weder de Oliveira e o presidente do TCE Ceará, Edilberto Carlos Pontes Lima. De destaque no âmbito internacional, estarão presentes Juan Fernando Durán Alba, Titular de Valladolid; José María Lago Montero, Catedrático de Salamanca; e João Ricardo Catarino, da Universidade de Lisboa.

O Congresso é uma realização do TCE Ceará, do TCE/MS, do IRB e da Sociedade Paulista de Direito Financeiro.



SELEÇÃO DE TRABALHOS CIENTÍFICOS VAI ATÉ 5 DE MAIO

Os interessados em apresentar artigos científicos durante o 4º Congresso Internacional de Direito Financeiro – Temática Central: Novas fronteiras do Direito Financeiro deverão encaminhar os trabalhos até 5 de maio para o e-mail congresso.direitofinanceiro@gmail.com.

Os trabalhos deverão abranger as seguintes linhas de pesquisa: Finanças e governabilidade; Finanças e controle; e Finanças e democracia.

Os artigos serão apreciados pela Comissão Organizadora do evento, sem identificação do autor e

do avaliador. Serão selecionados quatro trabalhos que, além de apresentados durante o encontro, integrarão os Anais do Congresso Internacional.



Edital

<https://goo.gl/J01MyQ>



LISTA DOS GESTORES COM CONTAS IRREGULARES É ENTREGUE À JUSTIÇA ELEITORAL

“Vamos continuar fiscalizando e contribuindo para a boa governança”, disse o presidente do TCE Ceará, conselheiro Edilberto Pontes, ao entregar a relação dos gestores que tiveram suas contas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível da Corte de Contas do Ceará. Edilberto Pontes ressaltou a importância dessa visita cívica à Justiça Eleitoral em um dos momentos mais importantes da democracia, as eleições.

A relação foi entregue, dia 12/8, durante sessão ordinária do Pleno, na presença dos membros da Corte da Justiça Eleitoral,

presidida pelo desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes, que destacou a importância do trabalho feito pelos Tribunais de Contas.

Os gestores incluídos nas listas podem estar sujeitos ao indeferimento do registro de candidatura, caso pleiteiem concorrer aos cargos de prefeito ou

vereador nas eleições municipais deste ano. A informação à Justiça Eleitoral é exigida pela Lei nº 9.504/97, que determina aos tribunais de contas disponibilizar, até o dia 15 de agosto, os nomes daqueles que tiveram suas contas, relativas ao exercício de cargo por funções públicas, rejeitadas por decisão irrecorrível dessas cortes.



Representações ao TCE podem ser feitas pelo PORTAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS

Os processos de Representações oferecidos ao Tribunal de Contas poderão ser enviados através do Portal de Serviços Eletrônicos, o e-TCE. O anúncio foi feito pelo presidente Edilberto Pontes dia 14/2. Segundo ele, a medida se estenderá às demais espécies processuais, inclusive denúncias, dando mais celeridade à análise e ao julgamento dos processos.

O Portal de Serviços Eletrônicos consiste em uma área compartilhada de serviços eletrônicos

e sistemas de informação do Tribunal, disponibilizados a servidores, gestores públicos e à sociedade. Para acessar o e-TCE, basta cadastrar login e senha. Além de mais agilidade e segurança, também haverá uma redução no custo com papel.

Através do e-TCE, também será possível realizar consultas, solicitar prorrogação de prazo, atestado de capacidade técnica e certidão, pedir vista em processos e entrar com recursos.



Conheça o e-TCE
<https://goo.gl/nJepui>





CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS SERÃO FISCALIZADAS PELO TCE

O Tribunal de Contas do Estado do Ceará irá fiscalizar todos os passos do processo de implantação do “Programa de Concessões e Parcerias Público-Privadas do Governo do Estado do Ceará”. A afirmação foi feita pelo presidente da Corte de Contas, Edilberto Pontes, durante a solenidade de apresentação do projeto, feita pelo governador Camilo Santana, dia 25/8, na Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec).

“Vender é uma decisão política. Cabe ao Tribunal verificar se o preço é justa e se a avaliação foi feita corretamente,” disse o Presidente, durante apresentação do Programa aos membros e servidores de controle externo, dia 5/9, no TCE.

Uma Gerência de Fiscalização de Desestatizações será

criada no TCE Ceará para avaliar as Concessões e Parcerias Público-Privadas.

O Programa de Concessões e Parcerias Público-Privadas do Governo do Estado do Ceará visa atrair parceiros para impulsionar obras e projetos do Estado e reforçar a união entre o poder público e a iniciativa privada. Na ocasião, o chefe do Executivo destacou os dez ativos iniciais do Estado a serem estudados e trabalhados pelo programa, que será lançado por meio de edital até o final deste ano.

“A ideia é construir modelos, atrair novos investidores, criar empregos, dentro dos atrativos que o Estado já tem e os que podemos prospectar. Um dos setores é o reúso de água, em que toda a infraestrutura será privada e o Estado vai bancar os recursos”, afirmou o

governador Camilo Santana.

A carteira de projetos ativos a serem analisados pelo Programa de Concessões e Parcerias Público-Privadas, definida através da consultoria contratada McKinsey & Company, engloba: os seguintes projetos do Governo, entre outros:

CARTEIRA DE ALGUNS PROJETOS ATIVOS	
 Centro de Formação Olímpica	 Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP)
 Acquário Ceará	 Arena Castelão
 Sistema metroviário	 Placas solares
 Ceasa	 Cinturão Digital

APRESENTADO O PRIMEIRO PRODUTO COM A FERRAMENTA **SAS** DE ANÁLISE DE DADOS

O presidente Edilberto Pontes e servidores da Assessoria de Informações Estratégicas da Corte reuniram-se, dia 19/12, com representantes da empresa Maxtera Tecnologia, Sistemas e Comércio. Na ocasião, foi apresentado o desenvolvimento do primeiro produto utilizando a ferramenta SAS Fraud Framework, uma solução integrada de análise de dados e inteligência analítica.



Para Edilberto Pontes, “o setor de Informações Estratégicas permitirá a formação do Auditor do Século XXI, que utiliza modernas técnicas de estatística e de cruzamento de bancos de dados”. O projeto prevê, além da aquisição da ferramenta, treinamento e serviço de consultoria.

“A entrega do projeto piloto visa mostrar a funcionalidade da ferramenta desenvolvida entre a Maxtera e o TCE Ceará, que irá auxiliar na escolha das fiscalizações, inspeções e na análise de editais. A solução vai identificar indícios a serem fiscalizados. A partir dos achados, o Tribunal poderá instaurar processo de

auditoria, fiscalização ou converter em Representação”, diz o secretário de Controle Externo, Raimir Holanda. Em setembro, servidores e colaboradores do TCE participaram de um curso sobre o SAS Fraud Framework, ministrado pelo especialista na ferramenta SAS, Eder Balbino.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS

A Secretaria de Tecnologia da Informação, em parceria com a Assessoria de Planejamento e Gestão do TCE Ceará, desenvolveu o Sistema de Informações Gerenciais (SIG) para a alta gestão da Corte de Contas. O SIG disponibiliza as principais informações necessárias ao acompanhamento e gestão do estoque processual, julgamentos e prestações de contas julgadas nos últimos anos. São dispostos os seguintes gráficos: Evolução de Estoque Anual, Evolução do Estoque do Ano Corrente, Quantitativo de Julgamentos, Prestações de Contas Julgadas por Exercício da Conta, Tempo Médio para Julgamento de Mérito, dentre outros dados.

ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS



Terminou dia 30/1 o prazo para os órgãos e entidades jurisdicionados ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará encaminharem os arquivos contendo a Ordem Cronológica de Exigibilidades. Além de possibilitar um maior controle do Tribunal sobre os órgãos fiscalizados, a ação garante prioridade no recebimento de pagamento a quem primeiro prestar serviços ou fornecer mercadorias, dando mais transparência aos gastos públicos. O órgão que efetuar pagamento fora da ordem cronológica e não apresentar as devidas justificativas poderá sofrer sanções.



Mais informações acesse aqui:
<https://goo.gl/hmn5hY>



PRESIDENTE DO STF REAFIRMA PODER DE CAUTELA DO TCE

“Desrespeito à competência do Tribunal de Contas”. Assim entendeu a presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Cármen Lúcia, ao cassar no dia 10/10, liminar de Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado. A Desembargadora cearense achava que o Tribunal de Contas do Estado não poderia adotar medida cautelar determinando modificações em cláusulas de edital de licitação que causariam dano ao patrimônio público cearense, em razão de licitação ser “matéria de interesse eminentemente privado”.

Tomada na Suspensão de Segurança 5149/CE, a decisão da Presidente do STF acolheu Parecer do procurador-geral da República, Rodrigo Janot que afirmou que “importa grave risco de dano à ordem pública a decisão judicial que suspende medida cautelar deferida pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará, com o objetivo de resguardar a ampla competição em certame licitatório, até final decisão sobre a validade de cláusula editalícia”.

O processo foi deflagrado pela própria Procuradoria Jurídica do TCE, em peça assinada pelo seu procurador-geral, Paulo

Sávio Nogueira Peixoto Maia, e pelo consultor Jurídico, Geraldo Pinheiro Neto.

A notícia foi divulgada na sessão plenária do dia 11/10, pelo presidente Edilberto Pontes que destacou os aspectos da decisão, significativa para as Cortes de Contas do Brasil.

“A decisão é digna de aplauso por mais uma vez deixar claro o compromisso que o STF tem com a competência dos Tribunais de Contas, de adotar medidas cautelares sempre que haja risco de dano ao patrimônio público e quando a demora possa resultar na inutilidade futura da decisão do Tribunal. A Ministra Cármen Lúcia garantiu o direito dos Tribunais de Contas postularem em juízo diretamente, sem intermediação alguma, na hipótese de defesa de prerrogativas institucionais.”

Segundo Edilberto Pontes, “o STF prestou grande serviço à moralidade administrativa e à defesa do patrimônio público, quando deixou claro que licitação não é um tema



restrito a interesses privados: podem, e devem, os Tribunais de Contas, exercer o controle das licitações, que são fontes de constantes escândalos de corrupção, como mostra o atual noticiário”.

O Presidente do TCE deu destaque, igualmente ao teor do Parecer da Procuradoria-Geral da República, mencionando “o notável apuro técnico demonstrado pelo Dr. Rodrigo Janot, em peça que, ao opinar pela competência do TCE para expedir medidas cautelares, acabou por prestar, pela palavra e pelo exemplo, homenagem à difícil missão dos órgãos de controle no Brasil.”



Saiba mais sobre a decisão
<https://goo.gl/P708ZD>



TRIBUNAL INDICA PROCEDIMENTOS PARA EVITAR FALHAS EM CONCURSO DO DEPARTAMENTO DE RODOVIAS

O TCE determinou, dia 25/10, que o Departamento Estadual de Rodovias (DER) adote procedimentos específicos ao realizar concurso público do órgão, com o objetivo de evitar irregularidades em futuros certames. A decisão foi tomada após representação formulada pelo Ministério Público Especial junto ao TCE Ceará detectar falhas no Edital nº 01/2014/DER, cujo objeto é o provimento de cargos efetivos

integrantes do quadro de pessoal permanente e para formação de Cadastro de Reserva.

As irregularidades apontadas foram as seguintes: atribuição de pontuação elevada à experiência profissional; direcionamento de vagas; desproporcionalidade na pontuação dos itens que compõem os títulos; visão monocular (enquadramento como deficiente para concorrer às vagas reservadas (Súmula n.º 377



Conselheiro Alexandre Figueiredo

do STJ) e ausência de avaliação por meio de prova subjetiva. O processo nº 14198/2014-8 foi relatado pelo conselheiro Alexandre Figueiredo.

TCE CEARÁ DETERMINA RESSARCIMENTO DE R\$ 123,5 MILHÕES AOS COFRES PÚBLICOS



Conselheira Soraia Victor

Ressarcir o erário estadual em R\$ 123,5 milhões, valor final calculado e não atualizado. A decisão do TCE Ceará, aprovada por unanimidade, dia 29/11, refere-se ao montante de recursos despendidos pelo Estado do Ceará com a implantação da Refinaria Premium

II – Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), que estava prevista para ser instalada no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), bem como as medidas adotadas pelo Estado em virtude da desistência da Petrobras em prosseguir com o projeto.

Do total, R\$ 75,79 milhões são referentes a recursos gastos pelo Governo do Estado com a refinaria e R\$ 47,7 milhões são de bens imóveis que estão em posse da estatal. A Secretaria de Controle Externo do Tribunal (Secex) vai realizar monitoramento semestral das medidas adotadas pela Procuradoria-Geral do Estado visando ao ressarcimento dos prejuízos causados ao Estado e à

reversão dos bens imóveis que estão em posse da Petrobras.

O colegiado também determinou à Secex que instaure procedimento específico para apurar possíveis irregularidades envolvendo a realização de obras sem cobertura contratual na Reserva Indígena dos Anacés, em Caucaia (CE). Outro procedimento vai apurar possíveis irregularidades envolvendo a adoção de projeto básico deficiente para licitação e execução das obras do Centro de Treinamento Técnico do Ceará Lauro Oliveira Lima. O processo nº 01446/2015-9 foi relatado pela conselheira Soraia Victor.



TCE CEARÁ ALTERA REGIMENTO INTERNO E PODERÁ APROVAR PARECER PRÉVIO COM RESSALVAS

O TCE Ceará poderá concluir pela aprovação, aprovação com ressalvas ou desaprovação quando emitir o Parecer Prévio das Contas do Governador. A alteração no §3º do art. 30 do Regimento Interno foi aprovada em consenso pelo colegiado, dia 1º/11.

O texto atual prevê que o Tribunal vote pela aprovação ou desaprovação ao emitir o Parecer Prévio das Contas do Governador. “Diante de irregularidades comumente constatadas, a solução mais adequada foi modificar o Regimento Interno de modo a aplicar a

sistemática semelhante à utilizada nas contas de gestão, em que o Tribunal pode assentar ressalvas ao julgamento nas hipóteses de impropriedades ou faltas de natureza formal das quais não resulte dano ao erário”, destacou o conselheiro Rholden Queiroz, autor da proposta de alteração.

Os conselheiros também aprovaram, por unanimidade, nova redação para o § 4º do art. 30 do Regimento, que passa a conter uma definição para o termo Ressalva: “... constituem ressalvas as observações



Conselheiro Rholden Queiroz

concernentes a certos fatos verificados no exame das contas que não estejam em conformidade com as normas e leis aplicáveis”. O processo nº 04721/2016-5 foi relatado pela conselheira Soraia Victor.



Conselheira Patrícia Saboya

A Secretaria de Turismo tem que regularizar as pendências relacionadas à acessibilidade no Centro de Eventos do Ceará. A decisão foi tomada pelo Tribunal que, por unanimidade, seguiu o voto da conselheira Patrícia Saboya, relatora do processo nº 05002/2013-1, dia 27/9.

ACESSIBILIDADE AO CENTRO DE EVENTOS DO CEARÁ DEVE SER PLENA

Das 14 ocorrências identificadas, na primeira vistoria realizada, três permaneceram em desacordo com as Normas e devem ser atendidas, caso ainda não tenham sido efetivadas. São: falta de piso tátil de alerta e direcional nas áreas de circulação; ausência de dispositivo sonoro nas portas de entrada, dentro da cabine e nos comandos dos elevadores; e falta de revestimento antiderrapante no piso dos elevadores, bem como a identificação dos pavimentos nas portas dos elevadores.

A Corte de Contas também determinou a realização de audiência com os atuais gestores do Departamento Estadual de Rodovias e da Secretaria de Turismo para esclarecimentos sobre o posicionamento do Estado do Ceará acerca da construção de uma nova passarela de acesso ao Pavilhão Multiuso, que permita pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida atravessar a Avenida Washington Soares.

JULGADA IRREGULAR TOMADA DE CONTAS ESPECIAL REFERENTE À PAVIMENTAÇÃO EM JAGUARETAMA



Conselheiro Valdomiro Távora

O TCE julgou irregular a Tomada de Contas Especial referente ao Termo de Ajuste nº 130/CIDADES/2010, no valor total de R\$ 421.500,00,

firmado entre a Secretaria das Cidades e a Prefeitura Municipal de Jaguaretama para pavimentação de ruas do município, devido a falhas formais de natureza grave com infringência da legislação pertinente.

No julgamento, dia 24/1, foi reconhecida a revelia da empresa América Construções e Serviços de Assessoria Ltda., por abster-se de apresentar qualquer manifestação e, em consequência, pela manutenção da sua responsabilização, na qualidade de executora da obra, em virtude de execução a

posterior dos serviços de sarjeta.

Os gestores responsáveis pelas irregularidades formais – da SCidades, da Prefeitura de Jaguaretama e da empresa contratada – devem quitar multa individual no valor de R\$ 2.350,00. Em caso de descumprimento do prazo, fica autorizada a cobrança judicial, devidamente atualizada e acrescida de juros, bem como a inclusão dos nomes no Cadine e na lista de inadimplentes do TCE Ceará. O processo nº 00755/2010-4 foi relatado pelo conselheiro Valdomiro Távora.

PREFEITURA DE INDEPENDÊNCIA É MULTADA POR IRREGULARIDADES EM CONVÊNIO COM A SEINFRA

Julgada irregular a Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria da Infraestrutura (Seinfra) para apurar irregularidades na aplicação dos recursos repassados ao Município de Independência. De acordo com o Tribunal de Contas do Estado, não há comprovação da boa e regular aplicação dos recursos públicos referentes ao Convênio nº 001/SEFAZ/2004, Termo de Acordo nº 078/2004, no valor de R\$ 153.276,82.

O processo nº 01670/2007-9, que tem como relator designado o conselheiro substituto Paulo César de Souza, foi julgado durante o pleno

do Tribunal, dia 27/9.

O Prefeito de Independência foi multado em R\$ 6 mil, bem como devolver a quantia de R\$ 13.036,00 referente à terceira e quarta parcelas do convênio.

Apesar de ter as contas julgadas regulares com ressalva, a Presidente da Comissão de Licitação do Município de Independência, à época, foi multada no valor de R\$ 1.420,00. Já o ex-gestor da Seinfra teve as contas julgadas regulares.

Em caso de não recolhimento do débito e das multas imputados,



Conselheiro Substituto Paulo César de Souza

e ocorrendo o trânsito em julgado da matéria, fica autorizada a cobrança judicial da dívida pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Crise econômica alerta sociedade sobre orçamento e déficit fiscal



“Um dos problemas mais graves da gestão financeira brasileira chama-se Transparência. Temos, por hábito, a omissão política, mas timidamente estamos vendo a sociedade debater sobre orçamento e déficit fiscal.” Com esse discurso, o Pós-Doutor em Direito Administrativo e Financeiro e em Direito Fundamental, Francisco Pedro Jucá, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho em São Paulo, palestrou dia 8/12, durante a sexta edição do TCE Debate, evento aberto à sociedade promovido pelo TCE Ceará.

“Gestão Financeira: Controle Jurídico e Governabilidade” foi o tema da discussão, que teve como debatedor o presidente Edilberto Pontes. “Discutiremos um tema de relevância com essa referência, um gigante do Direito, escritor de grandes obras. Adianto que tenho a ideia de fazer o projeto TCE Debates virar um livro. Cada edição pode ser um capítulo dessa publicação.” Coube ao vice-presidente do Tribunal, conselheiro Rholden Queiroz, mediar o encontro.

Para Francisco Pedro Jucá, o realismo é indispensável. “Tem que se colocar o problema e a capacidade de resolvê-lo. Administrar o serviço público é uma tarefa infinitamente mais complexa que administrar qualquer outra coisa. Manter a organização social e a estrutura de controle exige rigidez. É preciso reconhecer as dificuldades, mas é preciso enfrentá-las.”

Governabilidade, segundo Pedro Jucá, é a capacidade de produzir resultados. De entregar o produto. “Só se entrega um produto com credibilidade e produtividade. Não dá mais pra jogar amadoristicamente em administração pública, temos que ter sabedoria para colocar na mesa e a capacidade de resolver o problema. Pergunto: por que há a polêmica da Reforma da Previdência? E digo: porque não há transparência.”

O debate também abordou a crise financeira e a Proposta de Emenda à Constituição, que impõe teto aos gastos público: “é uma emenda desnecessária, juridicamente dispensável e politicamente essencial. Deixemos de discurso demagógico. A emenda do teto não tira dinheiro de ninguém”, afirmou.

Sobre as outras edições



“Por que o Brasil cresce pouco? Desigualdade, democracia e baixo crescimento no país do futuro”, com o doutor em Economia, Marcos Mendes



“Finanças Públicas: O Desafio dos Estados”, com o escritor e Ph.D. em Economia, Raul Velloso



“Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais”, com o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso



“Lei Anticorrupção, Acordos de Leniência e os Tribunais de Contas”, com o Ministro da Corte de Contas da União (TCU), Benjamin Zymler



“Desenvolvimento Sustentável”, com o Presidente do Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público, Prof. Dr. Juarez Freitas

“Precisamos compreender a demanda do cidadão e ver se ela é justa”



Presidente da ABO, Edson Luiz Vismona

Fundador e presidente da Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman (ABO), **Edson Luiz Vismona** é graduado e pós-graduado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Cursos Direito Internacional pela Academia Internacional de Direito de Haia, Holanda (1988); foi Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo (2000/2002) e Secretário Nacional da Reforma Agrária (2002). É membro do Conselho de Transparência da Administração Pública do Governo do Estado de São Paulo. Conheça mais sobre o pensamento de Edson Vismona.

OUVIDORIA: A ouvidoria brasileira está inspirada fortemente no instituto do ombudsman, que surgiu na Suécia, em 1809. Ombudsman significa representante do cidadão. O brasileiro tem uma enorme carência na área de atendimento, e o Estado precisa assumir decisivamente seu papel de prestador de serviços, como está na Constituição Federal. Sendo prestador de serviço, tem que abrir as portas para entender o usuário, que somos nós, cidadãos.

É o cidadão que paga todas as contas e sustenta o Estado. É ele que decide a qualidade. O atendimento ou entendimento das necessidades do cidadão é fundamental. É para isso que se justifica a própria existência do Estado. O serviço público precisa aprofundar esse relacionamento, e a ouvidoria é o elo de ligação entre a instituição e o cidadão.

SETOR PÚBLICO: Qualquer instituição tem a obrigação e o dever de entender as demandas do cidadão. Ele é o destinatário de todas as ações do Estado. Por isso, defendo o princípio da governança cidadã. Desde 2007, nos apropriarmos dos conceitos de governança corporativa, ou seja, de um processo de decisão que incorpore as demandas do cidadão do ponto de vista estratégico.

INTERESSES: O direito do cidadão

para o serviço público está definido em lei, e o Estado tem que avaliar e cumprir esses direitos. Evidentemente que nesse processo de integração tem que haver uma compreensão do que

“É discutindo, avaliando, conversando e identificando novas experiências que aprendemos.”

é possível, do que está ao alcance do Estado. Muitas vezes, ouvimos a afirmação de que a ouvidoria é defendida pelo cidadão. Como nós representamos os legítimos interesses do cidadão, na verdade não somos defensores sempre. Precisamos compreender a demanda e ver se ela é justa. Muitas

vezes, a demanda não é viável e temos que orientar o cidadão.

DEBATE: Os Tribunais vêm assumindo o papel protagonista de um processo importante de transparência, de acesso à informação, defesa de direitos, de garantia do bom uso dos recursos públicos. A ABO foi fundada em 16 de março de 1995, no Dia do Ouvidor Nacional. Temos como missão difundir o conceito da ouvidoria. Hoje, felizmente, a ouvidoria é uma realidade em todos os níveis de governo, em todos os poderes da República e cresce também nas empresas privadas. Considero fundamental encontrar como este realizado pelo TCE Ceará, para fortalecer o conhecimento e o trabalho das ouvidorias. É discutindo, avaliando, conversando e identificando novas experiências que aprendemos.

II Encontro de Ouvidorias

DEBATE SOBRE IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO



O plenário do Edifício 5 de Outubro, do TCE Ceará, sediou, dia 22/9, o II Encontro de Ouvidorias que contou, em sua programação, com palestras de importantes nomes relacionados à área, abordando a importância de saber falar, ouvir e dialogar. Na abertura, o presidente Edilberto Pontes destacou: “Devemos estar atentos aos anseios da sociedade e dar uma resposta concreta, isso é fundamental. A Corte de Contas não está apenas para ditar regras, ela ouve a sociedade, os gestores e processa a partir do que ouve. Este encontro simboliza o valor que o Tribunal emprega à Ouvidoria, como algo relevante.”

O encontro reuniu cerca de 150 representantes de ouvidorias públicas e privadas, de diferentes Estados brasileiros, e membros de Cortes de Contas para discutir práticas e compartilhar experiências sobre as atividades de uma ouvidoria.

Itacir Todero apresentou as ações da Ouvidoria aos participantes, destacando os avanços nestas duas gestões à frente do setor. “Entendemos e construímos a Ouvidoria como um canal de acesso à sociedade.”

Com o tema “Ouvidorias: uma visão empreendedora”, o presidente da ABO, instituição com 21 anos de existência, Edson

Luiz Vismona, explanou sobre as dificuldades existentes entre o cidadão e as instituições, sejam públicas ou privadas.

A professora da Unifor e Mediadora de Conflitos, Mônica Carvalho Vasconcelos, palestrou sobre “A Importância do Diálogo e a Arte de Ouvir”. “Temos que tentar implementar uma cultura do diálogo eficaz dentro da gestão pública. Desenvolver a habilidade, sobretudo, de saber ouvir. É algo que precisamos trazer para a nossa vida pessoal, não apenas profissional. Nós, cidadãos, estamos desacreditados e ansiamos por mais participação.”



Combate à Corrupção

Após apresentar programas de estímulo ao controle social desenvolvidos pelo TCE-MT, o conselheiro Antônio Joaquim enfatizou que não existe democracia sem controle. “O homem público precisa ter coerência entre discurso e prática, e o poder público precisa ter como rotina o estímulo ao controle social.

Flávio Jucá destacou como essenciais para a gestão pública os jargões “controle e transparência”. Por sua vez, Maria Neves destacou que é importante a Ouvidoria ser vista como instrumento de efetivação de cidadania e democracia. Para Paulo Melo “o cidadão ainda não sabe o poder dos instrumentos que tem à sua disposição. “Falamos de Portal da Transparência e Sistema de Informação ao Cidadão (SIC), mas deveria existir uma lei específica para as Ouvidorias, um setor tão importante quanto, por exemplo, o celular.”

Adísia Sá ressalta amor pela Ouvidoria e pelo Jornalismo

A jornalista, radialista, escritora, filósofa, ombudsman e professora cearense, Maria Adísia Barros de Sá, conhecida carinhosamente como professora Adísia Sá, foi homenageada no II Encontro de Ouvidorias do Tribunal de Contas do Estado do Ceará. Após pronunciamento do ouvidor Itacir Toderó, Adísia Sá recebeu uma placa das mãos da conselheira Patrícia Saboya, em reconhecimento a sua atuação pioneira em Ouvidorias no Estado do Ceará.



“É com as decepções que a gente aprende.”

Em seu pronunciamento, destacou o amor que tem pela Ouvidoria e pelo Jornalismo. “Sou uma das fundadoras da Ouvidoria no Ceará. A cada ano que se passa mais eu amo a Ouvidoria e o Jornalismo. “E digo uma coisa: quanto mais eu me decepçãoo com as ouvidorias, mais

eu quero ser ouvidora. É com as decepções que a gente aprende.”

Adísia Sá falou também da importância do Ceará realizar encontros como o que estava participando. “A cada encontro como esse, o Ceará se sente mais prestigiado. Levem uma certeza: o Ceará é uma voz que não se perde. Nós somos alguém que diz. Levem do nosso Estado não só a hospitalidade, mas acima de tudo, que nesta terra não abrimos mão dos nossos direitos.”

Novidades Ouvidoria TCE Ceará

Manual de Rotinas Internas

Visa instituir regras gerais com o objetivo de padronizar as atividades realizadas pela Ouvidoria do TCE Ceará, a fim de contribuir para a melhoria do desempenho da Administração Pública Estadual.

Acesse: <https://goo.gl/BCxyvb>

Balanco 2016

Somadas as categorias presencial, por telefone e via sistema eletrônico ou e-mail, o total contabilizado foi de 1.915 manifestações acolhidas e respondidas em 2015. Já em 2016, o apurado foi de 3.125, representando um aumento de

63%





César Cals, o diretor Eliézer Arrais destacou a importância do trabalho da Corte de Contas. “É interessante o Tribunal conhecer o modelo, fazer o comparativo e passar para as autoridades qual a melhor forma de gestão, tanto com relação à adequabilidade legal quanto à parte financeira. O Tribunal tem um papel orientador para evitar o prejuízo do dinheiro público”, disse o Diretor. O Hospital Regional do Cariri, visitado dias 8 e 9/9, é gerido há cinco anos pelo ISGH.

O relatório será apresentado ao colegiado do Tribunal, que avaliará as recomendações e/ou determinações, com direito à ampla defesa.

70 % das recomendações feitas pelo TCE foram atendidas pela Secretaria da Saúde

O segundo monitoramento da auditoria operacional na Estratégia Saúde da Família, realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará, registrou a implementação total de 42,86% das recomendações feitas à Secretaria da Saúde do Estado (Sesa). 28,58% foram parcialmente implementadas; 11,42% estão em implementação e 17,14% ainda não foram implementadas.

Entre as recomendações já implementadas estão a divulgação do Manual de Estrutura Física do Ministério da Saúde; o aporte de recursos em melhoria das unidades básicas de saúde; investimento nos espaços físicos das farmácias do SUS/AB; aquisição de equipamentos e mobiliários destinados ao suporte das ações de assistência farmacêutica; e realização de atividades vinculadas à educação continuada.

A Sesa informou ainda, que foram alocados recursos provenientes do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (Fecop) para aquisição de veículos e equipamentos/material permanente, beneficiando boa parte das Unidades Básicas de Saúde. Campanhas educativas para controle e tratamento do paciente

diabético, bem como visando despertar o interesse na população pela identificação da doença ainda em estágios iniciais, também foram realizadas.

Coube à Sesa elaborar o Manual de Capacitação Complementar em Estratificação de Risco Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus. A maioria dos médicos também declarou solicitar, de forma rotineira, o exame de hemoglobina glicada. A Secretaria da Saúde encaminhou ao Tribunal seu Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde e mostrou realizar cursos de formação e atualização na área.

O Tribunal de Contas constatou que persiste o problema de alta rotatividade dos médicos da Saúde da Família nos municípios cearenses: 75% do total trabalhavam há menos de 12 meses no município, mesmo com a instituição dos programas Mais Médico e Programa de Valorização do Profissional de Atenção Básica.

A Corte também propôs a elaboração de estudos para estruturar políticas de carreira e salarial aos profissionais da ESF, mas de acordo com o

relatório, os municípios, em quase sua totalidade, não dispõem de plano de carreira, cargos e salários para a Estratégia Saúde da Família.

Outro ponto destacado no relatório é a necessidade de capacitar as equipes quanto às boas práticas para estocagem de medicamentos. A Sesa sugeriu a utilização de recursos da Assistência Farmacêutica Básica para os cursos, com a cooperação técnica da Coordenadoria de Assistência Farmacêutica da Secretaria da Saúde do Estado.

Relatório com todas as evidências, elaborado pela Gerência de Avaliação de Políticas Públicas, da Secretaria de Controle Externo da Corte de Contas, já está sendo analisado pelo conselheiro Alexandre Figueiredo, relator do processo nº 09633/2016-0, e será submetido ao colegiado.

Cópia do relatório de auditoria será encaminhada ao secretário Henrique Jorge Javi de Sousa, a fim de que se manifeste acerca dos apontamentos feitos pelo Tribunal.

% RECOMENDAÇÕES



*Quando verifica-se que as medidas, para implementar à recomendação, ainda estão em curso.

**Quando verifica-se que as medidas, para implementar à recomendação, ainda estão em curso.

EDUCAÇÃO

TRIBUNAL DE CONTAS VERIFICA AÇÕES DE MELHORIA DO ENSINO MÉDIO

Avaliar o grau de implementação das recomendações feitas pelo TCE Ceará na auditoria operacional de avaliação da gestão escolar e infraestrutura dos estabelecimentos públicos de ensino médio do Estado. Esse é o objetivo das visitas técnicas realizadas, de 16 a 24/2, pelo Tribunal de Contas a nove escolas de ensino médio localizadas em Fortaleza, Aquiraz, Aracati, Canindé, General Sampaio, Itarema e Camocim. O monitoramento faz parte das atividades desenvolvidas pelo Tribunal, por meio da Gerência de Avaliação de Políticas Públicas, a fim de contribuir para o aperfeiçoamento da gestão pública.

A iniciativa foi aplaudida pela comunidade escolar, que espera uma continuidade na ação por parte da Secretaria da Educação. "O trabalho em si é uma boa iniciativa, agora cabe às autoridades cumprirem, porque quem escuta cria uma grande expectativa", destaca o estudante Bruno Silva. Para o professor Nacélio Silva, "o trabalho do TCE vem contribuir um pouco mais para o crescimento escolar, tanto no âmbito de professores como estrutura da escola. Isso dá uma segurança à comunidade escolar."

Na primeira intervenção, o TCE Ceará fez 31

recomendações à Secretaria da Educação para melhoria do ensino médio no Estado. As nove escolas foram avaliadas, durante auditoria coordenada realizada em 2013/2014, e compõem uma amostra de 30 escolas de nível médio selecionadas naquela oportunidade.

A Auditoria Operacional do Ensino Médio foi realizada após adesão do TCE Ceará, em 2013, ao Acordo de Cooperação proposto pelo Tribunal de Contas da União (TCU), para realização, em conjunto com outras 29 Cortes de Contas brasileiras, de auditoria coordenada, com foco nos problemas

que afetam a qualidade da educação na etapa do ensino médio.

Além dos aspectos de legalidade, a Auditoria Operacional compreende a avaliação das políticas públicas e das atividades governamentais pautada em critérios de economicidade, eficiência, eficácia, efetividade, equidade, sustentabilidade e transparência. Todas as recomendações feitas pela Corte de Contas estão descritas na Resolução nº 1879/2016, de 26/7/2016, Processo nº 04072/2013-6, de relatoria da conselheira Soraia Victor.

ESCOLA MUNICÍPIO	Barão de Aracati EEM Aracati	Maria Venâncio EDEFM Itarema	Manoel Senhor de Melo Filho EEM Aquiraz	Monsenhor Expedito da Silveira de Sousa EEEP Camocim
EEFM Irmão Urbano Gonzalez Rodrigues Fortaleza	José de Barcelos EEEP Fortaleza	Orlando EEEP Capelão Frei Canindé	Edite Alcântara Mota EEM General Sampaio	Coronel Osvaldo Studart EEFM Aquiraz

Aplicativo Controle Cidadão vai auxiliar na fiscalização dos gastos públicos

Controle Cidadão é o nome do aplicativo lançado pelo presidente Edilberto Pontes, dia 20/2, na Escola Profissionalizante José de Barcelos, em Messejana, que apresentou aos estudantes as atividades desenvolvidas pela Corte de Contas para a melhoria das políticas públicas. “Nosso trabalho não se limita a vistoriar demonstrativos contábeis e financeiros, mas verificar in loco os problemas. O Tribunal deve colaborar para que o serviço público seja o melhor possível.” Nesta primeira etapa, o cidadão poderá fiscalizar o uso dos recursos públicos destinados à educação. A comunidade escolar (alunos, pais/responsáveis, conselheiros escolares, professores e coordenação) poderá interagir com o TCE Ceará comunicando irregularidades e anexando fotos das evidências.



Baixe o aplicativo:

Google Play - <https://goo.gl/2ulrqq>

App Store - <https://appsto.re/br/A5sUib.i>

Pré-Aposentadoria

O Programa Qualidade de Vida no Trabalho, do TCE Ceará, realizou, no segundo semestre de 2016, o projeto Preparação para a Aposentadoria e Reorientação para a Vida. O objetivo principal foi o de preparar gradativamente o servidor para a aposentadoria, orientado-o para novas perspectivas de aproveitamento de seu potencial produtivo. O projeto de Pré-Aposentadoria foi feito em parceria com a Universidade Sem Fronteiras, sob a coordenação da psicóloga Zilma Gurgel Cavalcante, e a abertura abordou o tema “Longevidade: como estruturar o tempo na maturidade”. O curso foi dividido em cinco módulos. O encerramento do programa foi marcado com uma festa de confraternização e a visita surpresa de membros da família aos participantes.

Controle e sociedade

O presidente Edilberto Pontes participou, dia 29/11, do Seminário Internacional da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Ele enfatizou o foco da Corte cearense no controle concomitante, o uso intensivo de tecnologia da informação, a seleção de auditoria baseada em risco e a análise e verificação cruzada de bases de dados.

Políticas Públicas

Melhoria da administração pública, multiplicação e intercâmbio de conhecimentos foram os objetivos do II Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas, de 30/11 a 2/12, em São Paulo. O TCE Ceará foi representado pelos conselheiros Edilberto Pontes, Valdomiro Távora, Soraia Victor e pelo conselheiro substituto Itacir Todero (ouvidor).

Papel Constitucional dos TCs

O Papel Constitucional dos Tribunais de Contas foi tema da palestra proferida pelo presidente Edilberto Pontes, dia 17/8, na Faculdade Farias Brito, durante o I Colóquio de Direito Luso-Brasileiro. Na mesa de discussão, presidida pelo Prof. Ms. João Gabriel Laprovítera (FFB), estavam o ministro emérito do TCU, Ubiratan Aguiar, e o presidente do Instituto de Direito Brasileiro, Prof. Dr. Eduardo Vera-Cruz Pinto, da Universidade de Lisboa.

Ética, Política e Improbidade

O TCE Ceará participou do Ciclo de Palestras sobre Ética, Política e Improbidade, dia 11/11, na sede da Justiça Federal no Ceará. No encontro, houve a exposição do presidente e do vice-presidente do TCE, conselheiros Edilberto Pontes e Rholden Queiroz, respectivamente, e da juíza do Tribunal Regional Eleitoral, Kamile Moreira Castro.

Congresso de Contabilidade

O 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade, no Centro de Eventos do Ceará, de 11 a 14/9, debateu sobre “Contabilidade: transparência para o controle social”. O presidente Edilberto Pontes compôs a mesa de honra. Do TCE, participaram os servidores Wesmey da Silva, Alexandre Reis, José Antônio Capelo, Tatiane Cavalcante e Maria do Nascimento.

Auditoria de Obras Públicas

“Obras Públicas: planejamento e fiscalização no combate à corrupção” foi o tema do XVII Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas, realizado de 12 a 16/9, no Campus Memorial (SP) e no TCE-SP. Da Corte de Contas do Ceará participaram os analistas Marcel Albuquerque, Ricardo Salmito e Felipe Sales, da Gerência de Obras.

TCE Ceará vai ao interior debater sobre Transparência na Gestão Pública



Assinatura do contrato, dia 4/11, pelos presidentes Edilberto Pontes, do Tribunal de Contas, e João Dummar Neto, da FDR.

Aperfeiçoar o diálogo com a sociedade, utilizando ferramentas da democracia participativa. Este é um dos objetivos do projeto Transparência na Gestão Pública, segunda edição do Controle Cidadão, que será promovido durante o ano de 2017, por meio da parceria entre o Tribunal de Contas do Estado do Ceará, a Fundação Demócrito Rocha (FDR) e a Universidade Aberta do Nordeste (Uane).

Durante seis semanas seguidas, às segundas-feiras, a partir de 13 de março, serão encartados fascículos com conteúdo voltado para o combate à corrupção, formas de fiscalização, o papel dos Tribunais de Contas, a importância do controle social e a transparência pública. Também serão realizados cinco concertações, a partir de 12/5, em cidades do interior e um seminário na capital cearense, previsto para outubro.

Além de qualificar o cidadão

e os agentes públicos, o TCE Ceará pretende garantir um amplo acesso ao material produzido, contribuindo para o exercício da cidadania e divulgando as ações realizadas pelo Tribunal. Todo material produzido, impresso e eletrônico, estará disponível para download no Portal do TCE e no site da Fundação Demócrito Rocha (www.fdr.org.br/gestapublica).

O presidente Edilberto Pontes ressaltou a importância da parceria com a FDR. "Temos pouco mais de 100 auditores e 184 municípios. É impossível ter um auditor em cada local. Mas não queremos ficar acomodados só na Capital. O Tribunal de Contas do Estado precisa ir ao interior cearense mostrar suas ações. Conhecendo de perto o nosso trabalho, o cidadão fica mais confiante e participativo. O grande fiscal dos recursos públicos é o cidadão, que pode acionar o Tribunal de Contas. Essa parceria será extremamente

proveitosa. Quanto mais próximo do cidadão, maior será a legitimidade do Tribunal."

Para o presidente da FDR, João Dummar Neto, é gratificante poder contribuir com o Tribunal e com a sociedade na discussão de um tema tão importante, como a Transparência na Gestão Pública. "Ficamos felizes em levar à sociedade mecanismos para que ela possa acompanhar e fiscalizar a gestão dos entes públicos. Nosso papel é o de atuar como veículo de comunicação e levar esse conteúdo através de concertações e seminário."

Em 2015, o Tribunal de Contas do Ceará realizou o Projeto Controle Cidadão, em parceria com a Fundação Demócrito Rocha. A experiência foi bastante exitosa e contabilizou na participação direta de mais de 30 mil pessoas, que se inscreveram no curso a distância Controle Cidadão.



Controle Cidadão:

<https://goo.gl/9xpJEp>





Aécio Vasconcelos é empossado no cargo de Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

“Pretendo aproximar ainda mais o Ministério Público de Contas dos demais setores do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, estabelecer um maior diálogo com os parceiros externos, diminuir os processos acelerando os pareceres, evidenciar a função pedagógica.” Estes são alguns dos compromissos assumidos pelo procurador de contas José Aécio Vasconcelos Filho, ao ser empossado no cargo de Procurador-Geral do MP junto ao TCE Ceará, em solenidade realizada durante sessão extraordinária, dia 24/8, no auditório do Edifício 5 de Outubro.

“Tenho consciência do desafio enorme, de evitar a corrupção e o desperdício dos recursos

públicos, mas isso não me assusta, principalmente porque sei que não estarei sozinho. Conto com os demais membros do Ministério Público, com o presidente desta corte e demais conselheiros e conselheiros substitutos, todo o corpo de servidores, além da sociedade cearense. Temos o dever e o poder de agir diante deste Tribunal”, completa Aécio Vasconcelos, em discurso, após o juramento.

Compuseram a mesa de honra o procurador-geral do Estado, Juvêncio Vasconcelos; a desembargadora Iracema do Vale, presidente do Tribunal de Justiça; a vice-procuradora-geral de Justiça, Vanja Fontenele; o presidente da Ordem dos

Advogados, OAB Ceará, Marcelo Mota; e o presidente da Associação Cearense do Ministério Público, Lucas Felipe de Azevedo Brito.

Coube ao vice-presidente, conselheiro Rholden Queiroz, o discurso de saudação. “Vejo o quadro de procuradores felizmente se renovando.” O presidente Edilberto Pontes ressaltou a confiança em Aécio Vasconcelos. “O Ministério Público junto ao TCE é essencial para os julgamentos das contas públicas. Os procuradores de contas exercem um papel relevante para garantir a ordem jurídica do TCE, tanto nos pareceres que prestam a esta Corte, como nas representações que fazem.”

1º TCE Ceará é o do Norte e Nordeste em transparência e interação social

O Tribunal de Contas do Ceará ficou em 1º lugar do Norte e Nordeste e na 6ª colocação do ranking nacional de transparência entre as Cortes de Contas do País. O resultado foi demonstrado na pesquisa de Dissertação “Disclosure Informacional dos Tribunais de Contas Estaduais: Abordagem à Prestação de Contas, Transparência e Interação Social”, apresentada por Clodoaldo Pinheiro Filho para obtenção do título de Mestre em Administração pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

“O objetivo dessa pesquisa era desenvolver um ranking de informações aplicável aos Tribunais de Contas, com abordagem aos dados sobre prestação de contas,

transparência e interação social,” disse Clodoaldo Filho. No trabalho, foram utilizados dados disponíveis nos portais de transparência dos 27 TCEs, com relação aos gastos orçamentários, financeiros, de gestão fiscal, demonstrativos contábeis, prestações de contas e verificação da existência de mecanismos de interação com o cidadão, utilizando abordagem qualitativa e quantitativa.

De acordo com Clodoaldo Filho, a sociedade tem confiado aos órgãos de controle a expectativa de combate à corrupção.



“O intuito do trabalho não é esgotar a discussão a respeito da transparência informacional dos Tribunais de Contas, mas expor o contexto atual destes órgãos, encomendando para estudos futuros investigar os motivos que afetam a ausência de divulgação de determinadas informações, bem como o grau de envolvimento dos gestores no acompanhamento da transparência das entidades sob sua gestão.”



Acesse a tese de Mestrado
<https://goo.gl/JwqcYe>



Enccla: TCE Ceará é o segundo mais transparente do NE e o sétimo do País

Estudo realizado pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) considera o Tribunal de Contas do Estado do Ceará o segundo mais transparente da Região Nordeste e o sétimo entre os Tribunais de Contas Estaduais do País. O TCE Ceará obteve a pontuação 72 em

um máximo de 100. O objetivo da ação é avaliar o acesso à informação nos órgãos públicos no âmbito dos poderes Legislativo (três esferas), Ministério Público (federal e estadual) e Tribunais de Contas. O ranking de transparência é elaborado com base em metodologias acordadas pela Enccla.



Acesse o estudo da Enccla:
<https://goo.gl/TEPmng>



Sociedade ativa é essencial para combate à corrupção



“A sociedade deve estar ativa e rejeitar retrocessos. Deve se manifestar e mostrar que a corrupção não será tolerada.” A declaração é do procurador da República, Alan Rogério Mansur Silva, que palestrou sobre as “Consequências da Operação Lava Jato e as dez medidas de combate à corrupção”, no encerramento do Seminário Ética e Transparência na Gestão Pública, uma iniciativa da Rede Estadual de Escolas de Governo do Ceará, por meio do Instituto Plácido Castelo (IPC), Escola de Contas do TCE Ceará, realizado dia 18/11.

Ele destacou o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Ministério Público Federal no combate à

corrupção em todo o Brasil. “A solução seria aumentar o risco da corrupção.”

“A impunidade dos agentes públicos pela má gestão, sob a ótica do controle externo” foi o tema apresentado pela conselheira do TCE de Tocantins, Dóris de Miranda Coutinho. Segundo ela, “o orçamento deveria ser o diagnóstico fiel das finanças públicas mas, infelizmente, nós sabemos que não é assim”. Entre os temas da atualidade, a Conselheira citou fraudes às leis, como as conhecidas ‘pedaladas Fiscais’.

“Produtividade no setor público: o papel das Instituições” foi o primeiro tema abordado pelo auditor do TCU, Fernando Camargo, que

enfocou o consumo da renda do contribuinte pelo Estado, de forma ineficaz. O prof. dr. em Filosofia, Reginaldo Rodrigues da Costa falou sobre a importância e a necessidade da ética para o bem viver em sociedade.

Antes das palestras, foi assinado um Termo de Cooperação Técnica entre as 12 Escolas de Governo, com o objetivo de estabelecer cooperação mútua no processo de capacitação de servidores públicos. O encontro foi aberto com a apresentação do Grupo ACEP de Teatro e Música (GAT), da Associação Cearense de Estudos e Pesquisas, que encenou a esquete “Controle dos Recursos Públicos”.



Dóris de Miranda



Fernando Camargo



Reginaldo Rodrigues



Alan Mansur

SECRETÁRIO DE RECURSOS DO TCU FALA SOBRE “CONVENCIMENTO RACIONAL DOS MAGISTRADOS”



Membros da Corte cearense participaram, em 10/11, de capacitação sobre “O livre Convencimento Racional dos Magistrados dos Tribunais de Contas”, realizada pelo auditor e secretário de Recursos do Tribunal de Contas da União (TCU), Sérgio da Silva Mendes, no auditório do Instituto Plácido Castelo (IPC).

O objetivo é discutir a responsabilidade dos recursos dos Tribunais

de Contas e reduzir a possibilidade de erros durante as decisões.

Além da apresentação de casos concretos, o palestrante citou temas da atualidade, como Operação Lava Jato, o Mensalão e as atuais decisões do Supremo Tribunal Federal (STF). Sérgio Mendes palestrou sobre a liberdade, a verdade lógica e argumentativa; ideal de justiça; a verdade como decorrência da lógica

formal; e o dever da motivação de decisões, entre outros temas.

Participaram do encontro os conselheiros Edilberto Pontes (Presidente), Rholden Queiroz (vice-presidente), Valdomiro Távora (Corregedor) e Soraia Victor; os conselheiros substitutos Paulo César de Souza e Itacir Todero (Ouvidor); e o Procurador-Geral de Contas, Aécio Vasconcelos.

IPC OFERTA CURSOS GRATUITOS A DISTÂNCIA

A Escola de Gestão Instituto Plácido Castelo (IPC) inicia 2017 com dois cursos na modalidade a distância. Para este ano, o destaque é que as capacitações ofertadas contarão com videoaulas, gravadas no estúdio da Escola de Contas. O objetivo é melhorar a interação entre professor e aluno. Servidores, jurisdicionados e a sociedade poderão se inscrever nos cursos, gratuitamente, através do Sistema de Gestão Educacional. As aulas são realizadas por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) - Plataforma de Educação a Distância do IPC.

Cronograma de cursos:
<https://goo.gl/gdByFe>



OFICINA - Servidores do Tribunal participaram, dia 31/10, da “Oficina de Elaboração de Ementas Jurisprudenciais”, com o auditor de Controle Externo do TCU e membro do Comitê de Processualística, Súmula e Jurisprudência do Instituto Rui Barbosa (IRB), Guilherme Barbosa Netto. O curso visa o aperfeiçoamento e reciclagem na elaboração de ementas jurisprudenciais, em consonância com metodologia e critérios técnicos dos Tribunais de Contas, bem como dar uma ideia geral do que um documento contém e facilitar a pesquisa e a busca de jurisprudência por um determinado tema.



Escola de Contas do TCE Ceará apresenta painel sobre Educação a Distância no VII Educorp

A Escola de Gestão Instituto Plácido Castelo (IPC) participou do VII Encontro Técnico de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas do Brasil, sobre o tema "Controle Social e Educação Profissional nos Tribunais de Contas". O evento foi sediado pelas Cortes de Contas dos Municípios e do Estado do Pará, dias 5 e 6/9, e conta com o apoio do Instituto Rui Barbosa (IRB).

A diretora executiva do IPC, Hilária Barreto, apresentou painel sobre "Educação a Distância

nas Unidades de Educação dos TC's". Durante a explanação, mostrou casos exitosos da Escola de Gestão do TCE Ceará. O IPC disponibiliza, para servidores, gestores e a sociedade, capacitações online através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), plataforma de educação a distância. Do mesmo painel participou Bibiana Helena Freitas Camargo, do TCE-SP, e atuou como mediadora Sílvia Helena de Campos Martins, do TCU. Presente também ao evento o secretário executivo do IPC, Paulo Alcântara.

Na abertura, o conselheiro Cezar Colares, presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará, enfatizou que "o fortalecimento das escolas de contas é o caminho que os Tribunais devem seguir para consolidar, ainda mais, o sistema de controle externo". Estrutura, Funcionamento e Normatização; Mapeamento de Documentos; Diagnósticos do MMD das Escolas de Contas foram outros temas abordados no encontro, do qual participaram representantes de 25 Escolas de Contas Públicas.



REDE DE ESCOLAS DO GOVERNO INICIA ATIVIDADES DE 2017

Reforçar o cooperativismo nas ações desempenhadas pela Rede de Escolas de Governo do Estado do Ceará. Esse foi o objetivo da reunião que aconteceu dia 21/2, no auditório do Instituto Plácido Castelo. O encontro foi conduzido pela coordenadora-geral e diretora executiva do IPC, Hilária Barreto, que cumprimentou os

novos integrantes e destacou a importância da parceria entre as Escolas, ao longo dos seis anos de existência da Rede.

Participaram representantes da Secretaria de Justiça e Cidadania, da Academia Estadual de Segurança Pública, do Instituto Municipal de Pesquisa Administração e



Recursos Humanos, do Ministério Público Estadual, da Escola da Magistratura do Estado do Ceará, da Universidade do Parlamento Cearense e da Escola de Contas do TCM-CE.

TCE Ceará capacita servidores do Ministério Público Estadual

“Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência”. Esse é o tema geral da segunda qualificação promovida a partir do acordo de cooperação técnica firmado pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará com a Procuradoria-Geral de Justiça e o Tribunal de Contas dos Municípios. O objetivo é aprimorar o intercâmbio de conhecimentos e experiências em temas de interesse comum.

Em setembro, foi realizado o primeiro curso, que teve como tema “Licitações e Gestão de Contratos Administrativos”, ministrado pelos servidores Ricardo Dias e Adolfo Oliveira. Em outubro, os servidores Ricardo Dias e Marcel Albuquerque falaram sobre a



elaboração de Projetos Básicos e Termo de Referência, apresentaram a jurisprudência dos TC's e as boas práticas sobre o tema.

A capacitação de novembro foi sobre “Contabilidade Aplicada ao Setor Público”, disseminando os novos conceitos e procedimentos contábeis, orçamentários e patrimoniais no âmbito da administração pública. O curso foi ministrado

pelo controlador do TCE Ceará, José Wesmey da Silva.

Cada ministração teve uma carga horária de 20 horas. As qualificações são organizadas pela Escola de Contas do TCE, Instituto Plácido Castelo (IPC), pelo Instituto Waldemar Alcântara (IESWA), do TCM-CE, e pela Escola Superior do Ministério Público, onde foram realizadas.

NOVO MARCO REGULATÓRIO

Instrumentalizar os servidores públicos à compreensão das novas regras de parcerias entre o Estado e as organizações da sociedade civil, segundo a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, também conhecida por Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). Esse foi o objetivo da capacitação realizada entre os dias 21 e 25/11, no auditório do IPC, ministrada pelo servidor Henrique Bezerra Cardoso, da Gerência de Fiscalização de Convênios. Ao longo da capacitação, foram discutidos o contexto do surgimento da legislação, novos conceitos, procedimentos gerenciais e de controle, além de apresentadas sugestões para o aprimoramento das atividades desempenhadas pelos gestores na aplicação da Lei.

FORMAÇÃO DE TUTORES

O Instituto Plácido Castelo realizou no dia 14/2 o II Seminário de Formação de Tutores para o Ambiente Virtual de Aprendizagem, o AVA. A diretora executiva do IPC, Hilária Barreto, iniciou o encontro, que foi ministrado pelo Professor Doutor João Figueiredo, da Universidade Federal do Ceará (UFC). O intuito da capacitação é qualificar os docentes que ministram os cursos ofertados pelo IPC, na modalidade a distância, com destaque na formação didática que conduzem as práticas pedagógicas realizadas com o uso da tecnologia. Além dos servidores do Tribunal de Contas, que compõem o quadro de professores do Instituto Plácido Castelo, a palestra contou com representantes dos órgãos que integram a Rede de Escolas de Governo do Estado do Ceará.



Premiados vencedores do IV Concurso Nacional de Monografias

“A Escola de Contas do TCE é um centro de formação e debates. Não só realizamos cursos, mas fazemos diversas capacitações presenciais e a distância, treinamentos para servidores do Estado e a sociedade”, destacou o presidente Edilberto Pontes, na entrega de premiação do IV Concurso Nacional de Monografias - Prêmio Ministro Plácido Castelo, dia 26/10.

A abertura do evento foi realizada pelos diretores do IPC, Hilária Barreto e Francisco Otávio de Miranda Bezerra, dia 26/10, no auditório do IPC. O diretor-presidente do IPC, conselheiro Alexandre Figueiredo, entregou os certificados para a comissão julgadora.

Em 1º lugar, com trabalho sobre “Fortalecimento da Governança: uma agenda contemporânea para o setor público brasileiro”, foram premiados, com R\$ 10 mil, Karina Ramos Travaglia (autora) e Luís Filipe Vellozo Nogueira de Sá (coautor), do TCE do Espírito Santo.

Com o 2º lugar, tendo como tema “A Governança Corporativa Aplicada ao Setor Público: a

participação dos mecanismos de Controle Interno como um dos instrumentos necessários à sua efetiva implementação”, foi premiado no valor de R\$ 6 mil, Glinton José Bezerra de Carvalho Ferreira, do TCE Ceará.

O terceiro lugar ficou com as servidoras do TCE Ceará, Patrícia Vasconcelos Rocha Mapurunga (autora) e Anelise Florêncio de Meneses (coautora), com o trabalho “A Governança Corporativa Aplicada ao Setor Público: características e evolução das publicações de 2010 a 2015, que receberam a premiação no valor de R\$ 4 mil.

Em sua quarta edição, o concurso teve como tema “Governança Corporativa Aplicada ao Setor Público”. Compuseram a comissão julgadora Pedro Henrique Alves Camelo (Presidente da Comissão), assessor da Diretoria do IPC; Carlos Alberto de Miranda Nascimento e Elisabeth Couto Falcão, analistas de Controle Externo do TCE Ceará; e Gleison Mendonça Diniz, analista de Controle Externo do TCM-CE.

INSCRIÇÕES PARA V CONCURSO NACIONAL DE REDAÇÕES VÃO ATÉ JUNHO

Alunos regularmente matriculados de 1º, 2º e 3º anos do ensino médio, de escolas das redes públicas e privadas, maiores de 14 anos de idade, podem participar do V Concurso Nacional de Redações Prêmio Ministro Plácido Castelo, promovido pela Escola de Contas do TCE Ceará. O tema do concurso é “Fiscalização Participativa: O cidadão como agente de controle dos gastos públicos”. O prazo para entrega das redações vai até as 17 horas do dia 15/6/2017, na sede do IPC (Rua Sena Madureira, nº 1.047, 1º andar, Centro, Fortaleza/CE, CEP: 60055-080) ou pelos Correios.

Os três primeiros lugares receberão premiações em dinheiro: 1º lugar: R\$ 2.500,00, 2º lugar: R\$ 1.500,00 e 3º lugar: R\$ 1.000,00. Será concedido certificado de menção honrosa aos candidatos classificados até o 10º lugar.

A ação visa incentivar o interesse dos educandos pelas instituições de controle externo, divulgar o papel constitucional do Tribunal de Contas do Estado e contribuir para o processo de formação da cidadania, através do controle social. Com isso, a Corte de Contas quer estimular estudos e pesquisas de interesse público, que possam servir para a formulação e inovação de práticas tendentes à solução e ao incremento do desenvolvimento administrativo, financeiro, econômico, jurídico e social da Administração Pública Estadual do Ceará. O resultado deverá ser divulgado no dia 8/9.



Acesse aqui o Edital nº 01/2016.

<https://goo.gl/j4RV95>



“O Livro Como Fonte Criadora de Todas as Civilizações”

é debatido no V Café com Leitura

“Fico impressionado com a consciência da direção do Tribunal de Contas do Estado do Ceará e da sua Escola de Contas na expectativa de formar a visão das pessoas para que possam atingir seu objetivo de forma mais plena.” A afirmação é do presidente da Academia Cearense de Letras, José Augusto Bezerra, durante a quinta edição do projeto Café com Leitura: Contos & Encontros, dia 26/10, no auditório do IPC. O tema do debate foi “O Livro Como Fonte Criadora de Todas as Civilizações.”

“Prezo eventos como este, que estimulam a reflexão e a troca de ideias. O livro é a fronteira do conhecimento”, destacou o presidente do Tribunal, Edilberto Pontes, na abertura do evento. Para o diretor-presidente do IPC, Alexandre Figueiredo, “receber José Augusto Bezerra é uma honra, pois ele tem muito a nos acrescentar. O Presidente da Academia tem um acervo impressionante, com manuscritos sobre o Brasil e primeiras edições de grandes escritores nacionais”.

O palestrante apresentou algumas obras de seu acervo, entre elas a primeira edição do livro da Teoria da Relatividade na versão Inglês, de 1920; uma das primeiras cartilhas de Dom Pedro II; e um livro sobre animais peçonhentos que tem mais de mil anos. “Os livros fazem parte e mudam a história. Penso que a cultura pode salvar o País. Todo grande país investe na cultura”, ressaltou José Augusto Bezerra.

O Projeto Café com Leitura: Contos & Encontros é uma iniciativa da Escola de Contas (IPC), por meio da Biblioteca Ministro Raimundo Girão, e acontece periodicamente.



BIBLIOTECA REALIZA PROJETO DE MODERNIZAÇÃO

A Biblioteca Ministro Raimundo Girão, do TCE Ceará, está com um Projeto de Modernização, que inclui visitas às Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará (UFC), Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), Tribunal de Contas dos Municípios e Tribunal Regional do Trabalho (TRT). O objetivo é conhecer a ferramenta de tecnologia DSpace, software para implantação de repositórios institucionais, além de trocar experiências. Participaram das visitas os servidores da Biblioteca, Josimar Batista dos Santos e Regina Lúcia da Silva Braga, e o técnico Kilson Júnior, da Secretaria de Tecnologia da Informação da Corte cearense. Para Josimar Batista, foi uma experiência muito rica. “O conceito de aplicação destes modelos de sistemas mostra que uma boa equipe de pessoal de informação deve ser formada por bibliotecários, informáticos, auxiliares técnicos e pesquisadores, todos cada vez mais especializados no tratamento e organização da informação e na cultura do compartilhamento em rede do conhecimento.”

SEMANA NACIONAL DO LIVRO E DA BIBLIOTECA

A Biblioteca Ministro Raimundo Girão, do TCE Ceará, realizou, dias 25, 26 e 28 de outubro, a Semana Nacional do Livro e da Biblioteca, como o tema “Para além de uma biblioteca: um universo de conhecimentos ao seu alcance”. A iniciativa teve como objetivo promover atividades diferenciadas em que conhecimento, lazer, cultura e informação se integrassem. Entre as atividades estavam “Café com Leitura: Contos & Encontros”, abordando o tema “O livro como fonte criadora de todas as civilizações”; Oficina sobre Normalização de Artigos Científicos segundo a ABNT; e a palestra “Para além de uma biblioteca: um universo de conhecimento ao seu alcance”.



UNIVERSITÁRIOS VISITAM TCE E APLICAM NA PRÁTICA O APRENDIZADO DA SALA DE AULA

“Enfatizo a importância do Tribunal de Contas do Estado do Ceará receber esses estudantes para uma tarde de aprendizado. É na mão desses jovens que está o futuro do nosso país.” As palavras foram ditas pelo presidente do Instituto Plácido Castelo, conselheiro decano Alexandre Figueiredo, durante visita guiada de 60 estudantes da Universidade de Fortaleza (Unifor), dia 13/9.

Para a estudante de Direito do 9º semestre, Joyce Paracampos, foi uma experiência muito valiosa. “É importante sabermos o que o Tribunal de Contas faz por nosso Estado e por nosso País, a fim de exercer com presteza nossa função do Direito.”

Durante a Visita Cidadã Guiada,

os estudantes tiveram uma aula sobre a história dos Tribunais de Contas e sua composição, ministrada pelo conselheiro Alexandre Figueiredo.

Os alunos receberam as boas-vindas do presidente do TCE Ceará, conselheiro Edilberto Pontes, durante a sessão plenária, onde puderam ver o julgamento dos processos. A sessão é pública e acontece todas as terças-feiras, a partir das 15 horas.

“Na sala de aula, eles têm o referencial teórico e são situados na questão estrutural do Estado. No TCE, conhecem efetivamente o desenvolvimento dessas tarefas”, disse a professora Katherinne Mihaliuc, diretora do Centro de Ciências Jurídicas.

ESCOLA DE CONTAS DO TCE SOLICITA CREDENCIAMENTO PARA OFERTA DE CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

O Instituto Plácido Castelo (IPC) solicitou ao Conselho Estadual de Educação (CEE), o início do processo de credenciamento para futura oferta de cursos de graduação e pós-graduação. Esse foi o objetivo principal da reunião realizada dia 7/2, na sede do CEE, da qual participaram o diretor-presidente do IPC, conselheiro Alexandre Figueiredo; o diretor de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-graduação da Escola, Francisco Otávio de Miranda Bezerra; o secretário da Educação do Estado (Seduc), Idilvan Alencar; o presidente do Conselho Estadual de



Educação (CEE), Padre José Linhares; a secretária executiva do CEE, Ana Nogueira; e o assessor da Diretoria do IPC, Pedro Henrique Camelo.

O encontro tratou, também, das qualificações promovidas pelo IPC.

CAPACITAÇÃO DE GESTORES ESCOLARES

"Formação em Gestão Financeira para Gestores Escolares" é o tema do projeto de futura parceria entre o IPC e o Centro de Educação a Distância do Estado. O encontro, dia 25/1, pautou-se nos critérios que devem ser levados em consideração para a viabilização do Projeto, que visa atingir gestores e diretores financeiros das 23 Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação do Estado. O projeto deverá ter carga horária de 180h e objetiva capacitar gestores da educação na correta aplicação dos recursos públicos.

Crise financeira:

Planejamento evita desperdício de recursos públicos



Neste período de crise, quais as prioridades? Definidas as prioridades, se alguma obra tiver que reduzir seu ritmo, qual seria a melhor forma e mais eficiente? E no caso de paralisação ou suspensão, qual é a maneira mais adequada? Os pontos em questão foram explanados pelo servidor da Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, Marcel Albuquerque, na capacitação sobre “Gerenciamento de Obras Públicas em tempos de crise”, realizada dia 28/11, no TCE Ceará.

O curso faz parte da programação do encontro “Melhorando as práticas na Administração Pública em épocas de contingência de recursos”, da Secretaria de Infraestrutura do Estado, em parceria com as Escolas das Cortes de Contas cearenses. De forma interativa, com a intervenção da plateia, apresentação de slides e vídeos, estudo de caso, e exemplificando problemas em obras em outros Estados, Marcel Albuquerque ressaltou: “A palavra-chave é programar. A obra não pode ser abandonada, ela precisa ter sua paralisação programada, ser preparada para parar quando for necessário.”

O diretor-presidente da Escola de Contas do TCE Ceará, conselheiro Alexandre Figueiredo, destacou a importância do evento para a excelência na gestão pública. “Eficiência não é eficácia, existe o princípio de cada uma, sendo que uma está interligado a outra.

“ **A eficiência é a principal plataforma da administração pública e precisamos estar preparados.** ”

*Alexandre Figueiredo,
conselheiro do TCE Ceará*

Nesse sentido, destaco que a eficiência é a principal plataforma da administração pública e, para fazer isso, precisamos estar preparados. Espero que prosperem com a capacitação.”

O secretário de Infraestrutura do Estado, André Facó, falou: “Estamos vivendo uma mudança na governança pública, isso muito direcionado pelos órgãos de controle, mudanças de legislação e que foi ainda mais influenciado

pelo momento de crise que o Estado brasileiro está passando, com a diminuição expressiva de recursos públicos.”

Para a diretora executiva do Instituto Plácido Castelo, Hilária Barreto, a capacitação tem como foco “minimizar gargalos, deficiências, dificuldades, num tema tão relevante, que é obra pública. Toda bagagem que os nossos instrutores têm e se dedicam nessa causa, com tamanho empenho, será repassada ao público.”

O controlador-geral do TCM-CE, Luiz Mário Vieira, se fez presente, representando o presidente da Corte, conselheiro Francisco Aguiar. Representou a Secretaria da Infraestrutura do Estado, na abertura, a assessora Jurídica, Aline Saldanha. “Esse evento busca instituir as práticas administrativas dos órgãos de controle, para ajudar o gestor a enfrentar esse momento de contingência de recursos”, disse. O encontro, realizado nos dias 17, 18 e 28/11, foi voltado a servidores públicos e profissionais que atuam na área de infraestrutura, bem como estudantes de Direito, Engenharia e demais interessados.

Dissertação de mestrado aborda “O controle prévio em Portugal e o exame a posteriori no Brasil exercido por Tribunais de Contas”



O servidor João Gustavo de Paiva Pessoa apresentou, dia 20/10, seu trabalho de conclusão do mestrado em Administração Pública pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. O convite para a explanação foi feito pelo presidente Edilberto Pontes. “É um trabalho muito importante e que temos o máximo interesse em acompanhar de perto, formar um grupo específico para estudar, porque é um tema da ordem do dia do Brasil. Um assunto que, principalmente com todas as restrições orçamentárias,

será o caminho: a busca de parcerias com o setor privado”, declarou o Presidente, ao receber a dissertação de Gustavo Pessoa. Uma cópia está disponível para consulta na Biblioteca Ministro Raimundo Girão.

Intitulada “O controle prévio em Portugal e o exame a posteriori no Brasil exercido por Tribunais de Contas”, a dissertação teve aprovação unânime pela banca examinadora.

Servidor apresenta estudo de caso em Congresso de Contabilidade

“A Adoção da Dinâmica de Grupo em Sala de Aula: Um Estudo de Caso.” Este foi o tema do trabalho apresentado por Manuel Salgueiro Rodrigues Júnior, servidor da Gerência de Fiscalização de Operações de Crédito Externas e Tecnologia da Informação, do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, durante o 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade, 13/9, no Centro de Eventos do Ceará.

O trabalho de Manuel Salgueiro também teve como autora sua aluna, Karoline Rodrigues Sobreira. “Tendo em

vista as mudanças e inovações tecnológicas que ocorrem diariamente, percebe-se a necessidade dos professores se aperfeiçoarem. Nesse contexto, é imperativo modificar as relações em sala de aula, promovendo atividades diferenciadas, que permitam o desempenho ativo dos alunos.

Os trabalhos Científicos e Técnicos fizeram parte da programação da 20ª edição do Congresso Brasileiro de Contabilidade. O evento nacional aconteceu entre os dias 11 e 14/9, reunindo cerca de oito mil pessoas.

Saiba mais



A pesquisa consistiu em um estudo comparativo dos métodos e instrumentos de controle externo empregados em Portugal e no Brasil, destacando o controle prévio institucionalizado em Portugal em confronto com o modelo brasileiro que prestigia, a princípio, o controle posterior. O trabalho procurou delinear as principais características dos Tribunais brasileiros e luso, com o intuito de ser possível traçar um paralelo entre as duas instituições e observar suas semelhanças e distinções.

“Cursei várias disciplinas aplicáveis aqui no TCE”, disse Gustavo Pessoa. Sobre a experiência, o servidor completa: “Foi muito mais do que eu esperava. Tudo que eu vivi, tudo que eu aprendi, eu ainda colho.”



Flores & Frutos

DO CEARÁ foi o tema da IV Mostra de Talentos - Fotografia - do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, realizada no segundo semestre de 2015. As belas imagens também são destaque nas publicações da Corte.



Carambola

Iuone Rosana - 1º Proc. do Ministério Público de Contas

A carambola é uma fruta originária da Índia, de cor verde ou amarela e sabor agridoce. A caramboleira é uma árvore de pequeno porte, é bastante usada na ornamentação de quintais e jardins. A fruta é bastante consumida na China, principalmente na fabricação de sobremesas. Foi introduzida no Brasil em 1817, no Estado de Pernambuco.

Abacaxi ornamental

Jessica Pereira - Assessoria de Comunicação Social

O abacaxi ornamental se caracteriza por ser um abacaxi de porte pequeno (tem aproximadamente 05 cm de diâmetro), e é uma planta da espécie das Bromélias de origem sul americana. A sua folhagem e os seus frutos são ornamentais, não é cultivada para o consumo. O abacaxi ornamental é plenamente adaptável aos climas tropicais e subtropicais úmidos. A planta pode ser cultivado em casa mesmo, em vasos, bastando manter a temperatura ambiente acima dos 15 graus, regando quando a terra estiver seca. Outro cuidado a ser tomado é com os vários espinhos existentes.



Cactos

Lilyanne Leitão - Assessoria de Comunicação Social

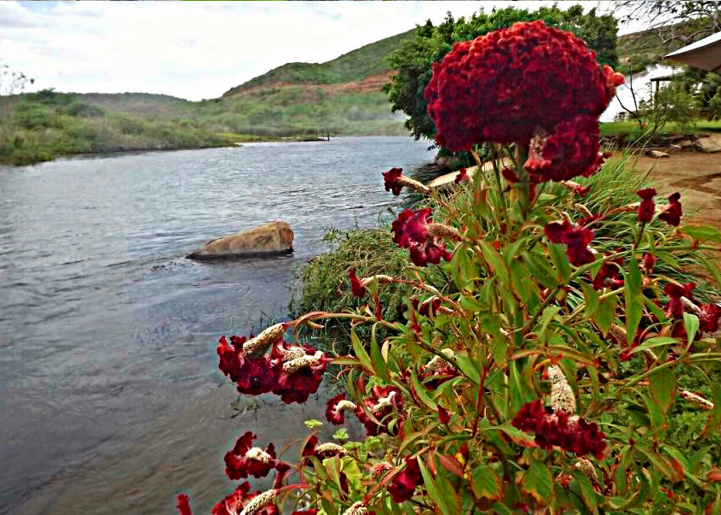
Os cactos são plantas espinhentas que conseguem sobreviver em ambientes extremamente quentes ou áridos, pelo fato de terem a capacidade de acumular água em seus tecidos. Podem sobreviver mais de 200 anos. Na região Nordeste do Brasil, é muito comum encontrar o cacto mandacaru. As flores dos cactos são isoladas e quase sempre bastante grandes e hermafroditas. Conforme a espécie de cactos as flores podem abrir tanto de dia quanto de noite. Todas as espécies de cactos florescem, mas tem alguns tipos que somente florescem depois dos 80 anos de idade ou quando atingem uma altura superior a dois metros.



Caju

Marcella Feitosa – Escola de Contas – IPC

O Caju é um dos principais produtos da cultura e da economia cearense. Há diversos alimentos que originam desta fruta: cajuína, doces, mel, rapadura, cachaça, que são fornecidos por 20 municípios do Ceará. Na divisa entre Fortaleza e Caucaia, está localizado o Museu do Caju, que recebe, diariamente, visitas de grupos escolares e pessoas interessadas em conhecer um projeto na temática de uma das principais frutas do Estado.



Celósia – Crista de galo

Fabiano Cunha –
Diretoria Administrativa e Financeira

A Celósia ou como é conhecida a Crista de Galo é considerada flor de corte utilizada em arranjos florais. Trata-se de uma planta herbácea anual, originária da América Tropical, atingindo de 30-80 cm de altura, com caule ereto, suculento e não ramificado. Desenvolve-se a pleno sol e prefere o calor ao frio intenso. Suas folhas são verdes ou vermelho bronzeadas com inflorescências terminais, espessas e achatadas, aveludadas, em forma de crista de galo, nas cores vermelha, esbranquiçada, rósea ou creme amarelada.



Flores e Frutos do Ceará

Flamboyant

Juliana Lima – Corregedoria

O Flamboyant (Royal Poinciana) é também conhecido por flor-do-paráiso, pau-rosa e acácia-rubra. Tem a sua origem na costa leste da África, Madagascar e ilhas do Oceano Índico. O seu crescimento é rápido, chegando a 1,5 metros por ano até a idade adulta em regiões de clima quente. Cada flor possui 5 pétalas sendo uma delas maior, com face superior rajada de vermelho ou laranjando sobre um fundo branco com bordas avermelhas, e 5 sépalas. A floração ocorre na primavera e verão.

A primeira floração ocorre entre três e quatro anos após o plantio.





Confira os fatos mais importantes da Corte de Contas



Acontece TV

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ

EDIÇÕES DISPONÍVEIS NOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO DO TCE CEARÁ



www.tce.ce.gov.br



(85) 9 8969.3544



youtube.com/tceceara



twitter.com/tceceara



facebook.com/tceceara